



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 5/2008

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO
DE 2008: -----**

----- Aos onze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão extraordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Fernando Manuel dos Santos Alves, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Pedro Nunes, Sara Raquel dos Santos Fresco, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou a falta do senhor deputado Albano Manuel da Rocha Lourenço.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezassete horas e cinquenta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas.-----

-----Usou da palavra o Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro que depois de saudar todos os presentes pediu alteração da ordem de trabalhos, da qual passou a constar como ponto um o ponto três da ordem de trabalhos dada a presença do Eng.º António Pinto Leite, o qual iria fazer a apresentação da “Polis Litoral Ria de Aveiro”. --

----Usou da palavra o Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, começando por agradecer à Câmara Municipal pela organização da visita à Pescanova, referindo que tinha sido muito proveitosa. Informou que no dia seguinte iam ser distribuídos, na Escola da Praia de Mira, os primeiros computadores “Magalhães” às 11:00 horas, convidando todos os deputados a estarem presentes. Seguiram-se as alteração da ordem do dia, passando o ponto três para ponto um, o ponto um para o ponto dois, o ponto dois para o ponto três, o ponto seis para ponto quatro e a retirada dos pontos quatro e cinco. -

----- As alterações da ordem do dia foram aceites unanimemente. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

---- **PONTO UM:** “ Aprovação, nos termos do artº. 53º. nº. 2, alínea m) da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realização de acordo relativo à “Polis Litoral Ria de Aveiro – Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro”. -----

---- Usou da palavra o Eng.º António Pinto Leite, coordenador do Programa Polis, agradecendo a oportunidade de fazer a apresentação sobre aquilo que era o “Polis Litoral Ria de Aveiro”, que em termos muito gerais explicou que o Programa de Governo consagrava uma política específica para as zonas costeiras, uma vez que a costa era muito extensa e em determinadas zonas do litoral os problemas eram bastante mais complexos existindo muito mais entidades a intervir e para os quais tinha sido criado, por Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, o “Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação da Orla Costeira” que, no caso da Ria de Aveiro era especialmente complexo, tinha uma área bastante superior e tinha onze municípios envolvidos; que, determinadas obras do litoral eram da competência da Administração Central mas em zonas mais conflituosas, como era o caso, fazer uma parceria forte entre o Estado e as Câmaras fazia todo o sentido porque eram feitas acções estruturantes de ambos os poderes e também outras que eram benéficas para o desenvolvimento da zona. -----

---- Seguiu-se a apresentação do ponto pelo Eng.º António Pinto Leite o qual fez uma exposição pormenorizada, tendo por base a apresentação de um PowerPoint, cujo suporte gráfico se encontra anexo à presente acta, dela ficando a fazer parte integrante. -

---- No uso da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia referiu que era um investimento de algum modo vultuoso mas era também colocar Mira no mapa das



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regiões que eram beneficiadas por aquele programa; que, a integração na globalidade da região, só por si, iria integrar Mira em roteiros, numa arquitectura conjunta, acabando por ter reflexos muito para além daqueles colhidos directamente.-----

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel de Jesus Martins, no uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, agradecendo a explicação do Eng.º António Pinto Leite. Disse, depois, que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, no sentido da realização entre o Município de Mira, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga, do acordo relativo à “Polis Litoral Ria de Aveiro – Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro”, tendo sido deliberado submeter o assunto à Assembleia Municipal para a sua aprovação.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António dizendo que a explicação do Eng.º António Pinto Leite tinha sido numa linguagem muito clara e acessível, tendo ficado praticamente esclarecido, surgindo apenas pequenas dúvidas como era o caso se Mira era ou não accionista; o porquê da Parque Expo estar envolvida no projecto e por quem seria feita a gestão a partir de 2013, uma vez que até lá a gestão do programa era feito pela Parque Expo. Prosseguindo, disse que Mira tinha que participar naqueles projectos, estavam perfeitamente enquadrados naquela operação integrada e tinham a particularidade de conseguir associar-se tanto à esquerda como à direita, explicando que em algumas coisas dava muito jeito pertencer aos municípios de Aveiro mas por outro



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lado estavam adstritos ao distrito de Coimbra. No caso particular, disse que ainda nada estava consagrado, mas podia ter uma contrapartida, em alguns aspectos Mira tinha sido pioneira, era o caso dos circuitos pedonais que depois tinham sido adaptados por outros Municípios vizinhos. A título de exemplo referiu a verba irrisória para o Clube Náutico da Praia de Mira e disse que gostaria que a verba tivesse sido mais empolada porque era uma riqueza e era algo que deviam potenciar até porque estava a fazer um trabalho meritório nas camadas jovens. -----

---- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego explicando que aquela verba era só a comparticipação da Câmara Municipal e depois tinha, da comparticipação nacional 80% de privados, era dos poucos que tinha tanta percentagem dos privados. Seguidamente, disse que, o novo projecto do Clube Náutico já estava feito, aprovado e já tinha sido remetido para a equipa técnica da Parque Expo e aquilo que podia, eventualmente, oscilar era a proposta da Parque Expo de um valor substancial de comparticipação privada. -----

---- Usou da palavra o Eng.º António Pinto Leite e reportando-se à questão do capital social, disse que as contas tinham sido feitas como se Mira fosse um sócio igual aos outros e para todos os efeitos ia ter os mesmos direitos, simplesmente, como não pertencia à CIRA, não podia ser accionista, tendo que realizar o seu “capital social”, valor esse, que entregava à sociedade para ela gerir um conjunto de obras, sociedade essa que era financiada por verbas comunitárias e nacionais. Concluindo, disse que o exercício tinha sido feito igual para todos, simplesmente, no final, as Câmaras



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipais entregavam à CIRA e esta por sua vez participava na sociedade e a Câmara Municipal de Mira entregava directamente à sociedade. Na questão da Parque Expo até 2013, disse que aqueles projectos, eram projectos em que se delimitava território, criava-se uma estratégia e uma sociedade onde esta tinha uma duração limitada por decreto-lei, extinguindo-se no final, ou seja, existia um objectivo, um território, um conjunto de projectos e existia um prazo para exercer os objectivos, caso não fossem feitos dentro do prazo, já não se fazia mais. Continuando, disse que era contratada uma empresa que iria executar e que depois entregava as coisas aos seus donos e aquilo que pretendiam, era que durante o processo se aprofundasse o espírito de corpo de todo o conjunto de municípios da região; que, fizessem projectos muito mais ambiciosos em conjunto porque o todo era muito superior à soma das partes. Em 2013 extinguia-se a Sociedade, acabavam-se os custos e entregavam-se os activos da Sociedade aos seus legítimos donos que seriam as Câmaras Municipais, não existindo qualquer perspectiva de negócio. Mais, disse que o rigor era muito importante nos projectos Polis, rigor esse que já tinham conseguido noutros projectos Polis; que, quando se está a desenhar o projecto, se o dinheiro já não chegava ou se a obra era um pouco mais cara, reduzia-se na extensão ou eram utilizados materiais mais baratos; que, aqueles projectos eram uma sociedade que tinha aquele dinheiro e não podia viver de mais e quando havia um determinado projecto para ser feito e o dinheiro não chegava, ninguém queria cortar ao projecto, ganhando assim muita eficiência porque todos tentavam arranjar uma solução, até os próprios empreiteiros. Prosseguindo, disse que os fundos comunitários cada vez



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eram mais rigorosos e muitas vezes existia uma despesa que cumpria todos os normativos nacionais mas era-lhes dito que a despesa não cabia naquele critério e que não pagavam, fazendo com que, muitas vezes as sociedades se confrontassem com obras feitas e pagas, contando com a verba de fundos comunitários, acabando por falhar com as tais despesas não ilegíveis, sendo necessário dar suprimento àquele dinheiro; que, na prática faltava dinheiro nacional mas até sobrava dinheiro comunitário que não podia ser utilizado, podia sim, ser melhorada ou criada outra obra que fosse razoável para a Sociedade. No fecho das contas aquela verba iria acudir às não ilegibilidades, ficando folga de fundo comunitário, que na prática, originava mais obra. Na questão do Clube Náutico disse que não conhecia em pormenor, mas que com clubes privados e com projectos privados a Sociedade que era de capitais públicos não podia pagar determinadas despesas, só podia pagar despesas públicas; que, existindo uma alavanca financeira que podia ajudar se houvesse parceria com privados, no caso dos Clubes Náuticos podia haver obras na envolvente que pudessem ser feitas em termos públicos.-

---- O Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário, considerando-se esclarecido, não deixou de questionar relativamente à realização de capital em que os municípios accionistas teriam seis semestres para realizar o capital. Em três anos a Câmara Municipal de Mira teria que comparticipar com 367.653,00 euros, 183.827,00 euros por semestre, assim, gostaria de saber como iria ser feita tal participação. Continuando, disse que no acordo que lhes tinha sido dado, gostaria que constasse a clausula n.º 4, referindo-se concretamente ao município de Mira. Terminando, disse que da leitura da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

legislação verificou que não aparecia nada de fiscalização, não existia qualquer tipo de controlo por parte dos accionistas, no caso concreto pela Câmara de Mira, ou seja, a Parque Expo estava a controlar os custos do financiamento em si, não existindo nenhum controlo no serviço que a Parque Expo estava a prestar. -----

---- Tomou da palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto dizendo que estava encantado com o projecto, iria apoiá-lo e nada tinha a opor, aquilo que poderia ressaltar-se era uma questão meramente política no tocante à constituição da Sociedade em que Mira apareceria sempre como Município que estava na Associação do Baixo Mondego; que, ao fazer parte da Polis da Ria teriam que debater muito bem os seus representantes junto do Conselho de Administração para que as suas propostas e as suas ideias, os seus 3% pudessem valer, porque ao longo do processo muitas negociações iriam ser feitas. Manifestou ainda a sua preocupação no pós 2013, em que o Estado sairia da Sociedade, entregando as obras à CIRA e ao Município de Mira em que os encargos ficariam com os Municípios. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, no uso da palavra, questionou de que modo estava previsto a internalização dos processos pelos Associados ou pelos Protocolados como era o caso de Mira e se durante a vigência da Sociedade estaria prevista alguma integração de funcionários ou agentes representantes das autarquias; que, uma vez terminado o período de vigência da sociedade tivessem internalizado na cultura do próprio funcionamento do Concelho e da Autarquia as práticas e o conhecimento daquilo que tinha sido feito e daquilo que tinha de ser feito em termos de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manutenção e de articulação, porque o projecto iria extinguir-se, a sociedade também, mas havia sequências a fazer, querendo saber quem herdava essas sequências.-----

---- Interveio, mais uma vez, o Eng.º António Pinto Leite e relativamente às questões colocadas explicou que a Parque Expo era o braço armado do Ministério do Ambiente para aquele tipo de projectos, mas era um gestor de projecto, quem mandava era o Conselho de Administração que não era remunerado, eram pessoas que não estavam a tempo inteiro reuniam, no mínimo de quinze em quinze dias, em alguns casos todas as semanas e eram elas que tomavam todas as decisões; que, a Parque Expo era fiscalizada, era uma empresa do Ministério do Ambiente, o Estado era maioritário na Sociedade e tinha controlo na Parque Expo. Na questão que tinha sido levantada de Mira não ter o mesmo estatuto, disse que o projecto ainda não estando detalhado, já estava muito bem determinado aquilo que iriam fazer porque, se as Câmaras estavam a comparticipar com base num investimento possível, teriam que ter esse investimento e não podia dar-se o caso de cair um projecto de uma determinada Câmara e o dinheiro, que essa mesma Câmara tinha lá metido, não podia ir para um projecto de uma outra Câmara, tinha de ser encontrada uma alternativa, embora, na sua opinião, nenhum daqueles projectos corriam esse risco e não existiam quaisquer interesses que se sobrepusessem ao interesse maior daquele projecto. Na questão da preocupação demonstrada após 2013, disse que a Sociedade se liquidava efectivamente e cada um dos sócios ficava com as suas obras; que, assim como o Estado, nas defesas aderentes e costeiras, pegava nelas e tinha de continuar com elas, no caso da Ciclo-via, evidentemente, que seria a Câmara



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal que ficaria a tomar conta dela; que, tinha que existir algum bom senso, por exemplo no caso de um jardim público, não ficaria a Sociedade a regar o jardim até 2013, passaria, imediatamente, para a Câmara Municipal. Mais, disse que todas as entidades mantinham os seus poderes, a Câmara Municipal iria ter que aprovar os projectos e eles nunca seriam feitos contra a vontade da própria Câmara; que, a fase dos cinco anos podia ser muito interessante, de forma a perceber como é que aquela gestão podia ser contratualizada depois da ARH, podendo contratualizar com Associações de utilizadores determinada gestão e durante os cinco anos podiam ser encontrados caminhos entre as Câmaras, Pescadores e outras entidades. Prosseguindo, disse que o pretendido, era que ao fim dos cinco anos, um conjunto de técnicos estivessem no terreno a dialogar com os Privados, Sociedade Civil, Autarquias e Estado, de modo, a que no final o resultado, para além de questões físicas e de vivência da Ria, fossem as questões da gestão dos recursos hídricos e do domínio público, de modo, a que cada um assumisse as suas responsabilidades e tivessem uma continuação normal, de forma a que a herança fosse feita gradualmente. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o ponto sido **aprovado por unanimidade**. -----

---- **PONTO DOIS: “Autorização, nos termos da alínea m), do n.º 2, do artº. 53º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro para participação do Município de Mira na Entidade Regional de Turismo do Centro”.**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- No uso da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel de Jesus Martins, disse que o Decreto-lei 67/2008 de 10 de Abril que aprovava o novo Regime Jurídico das áreas Regionais de Turismo de Portugal Continental, onde tinha sido criada a Entidade Regional de Turismo do Centro que convidava o Município de Mira a participar naquela entidade reguladora e tendo em conta, de acordo com o n.º 5 do artigo 7.º do referido decreto lei, a participação de um Município na respectiva Entidade Regional de Turismo, constituía um requisito de acesso aos programas públicos de financiamento na área do Turismo com recursos a fundos exclusivamente nacionais, propunha a participação do Município de Mira na “Entidade Regional de Turismo do Centro. -----

---- Não se tendo verificado intervenções, procedeu-se à respectiva votação tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe da Cruz Barreto para, relativamente à estratégia que aquela nova Região de Turismo do Centro iria apresentar, de promoção para aquela região dizer, que Mira soubesse aproveitar as especificidades que tinha, para que pudessem trazer uma mais valia. -----

---- **PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos do artº. 53º. N.º. 2, alínea m) da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o n.º. 1 do artº. 4º. E n.º. 1 do artº. 38º. Da Lei n.º. 45/2008, de 27 de Agosto da conversão da Associação de Municípios do Baixo Mondego em**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego; aprovação dos respectivos estatutos e autorização da transferência dos activos para a nova entidade”. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para explicar que a Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto estabelecia o Regime Jurídico do Associativismo Municipal, revogando as Leis 10 e 11 de 2003 de 13 de Maio e tendo em consideração que o n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, previa um mecanismo de conversão simplificada de entidades criadas ao abrigo da Lei n.º 11/2003 de 13 de Maio; tendo em conta que a Associação de Municípios do Baixo Mondego foi criada ao abrigo dos supra referidos diplomas e tratando-se de uma Associação de fins específicos cujos limites coincidiam actualmente com a Unidade Territorial Estatística de Nível III do Baixo Mondego; considerando que a Comunidade Intermunicipal, pessoa colectiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, visava a realização de interesses comuns aos Municípios que a integravam regulada pela Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, propunha assim à Assembleia Municipal a aprovação dos respectivos estatutos.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que tratando-se apenas de uma imposição legal não tinham nada a opor. -----

----- Seguiu-se a votação tendo sido o ponto **aprovado por unanimidade**. -----

--- PONTO QUATRO: “Deliberação, nos termos da alínea q), do n.º 1 do artº. 53º. Da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002. de 11 de Janeiro sobre a celebração de Protocolo o Município de Mira, o Município de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cantanhede e a Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.”. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo, que tendo em conta a área geográfica dos Concelhos de Mira e Cantanhede, bem como a competência legalmente atribuída a cada Município no tocante à gestão da sua área territorial; constatando-se que, nalgumas zonas de fronteira dos limites territoriais, existem arruamentos servidos por infra-estruturas básicas de água, saneamento e RSU, construídas ou instaladas por cada um dos municípios, aptas a satisfazer as necessidades dos munícipes de um ou de outro Concelho e havendo necessidade de clarificar procedimentos a nível de licenciamento urbanístico e correspondentes infra-estruturas em zonas limítrofes dos Concelhos, propunha a aprovação da minuta do protocolo.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António referindo que se tratava apenas de uma necessidade de clarificar procedimentos e que dava ideia que era mais no sentido de Cantanhede para Mira e não de Mira para Cantanhede devido à entidade que era a “INOVA”. -----

---- Sem mais intervenções, procedeu-se à votação tendo sido o protocolo **aprovado por unanimidade.** -----

----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

----- Interveio ainda o Sr. Deputado Dr. Juan António que reportando-se ao caso da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Polis” referiu uma questão que tinha passado um pouco despercebida, o facto da Sociedade que tinha sido criada, ser uma sociedade veículo apenas para a execução daquele projecto, extinguindo-se por natureza e os activos ficavam subjacentes a cada Município. -----

---ENCERRAMENTO: -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezanove horas e trinta minutos da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----
